

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.239 - MA (2018/0190019-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADOS : EMANUELA GOMES GUEDES MENDES - MA011995
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -
MA009348A
ANDRÉ MENESCAL GUEDES - MA011810A
NATHALY VERAS SOARES - MA012451
RECORRIDO : HELBERTE DA SILVA SOUTO FILHO
ADVOGADO : LISIA MARIA PEREIRA GOMES BOTAO - MA003984

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. 1.1. INCLUSÃO EM PAUTA DO MANDADO DE SEGURANÇA NA ORIGEM, SEM A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE IMPETRANTE. DIREITO DE SUSTENTAÇÃO ORAL VIOLADO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*. NULIDADE NÃO DECRETADA. 1.2. PRAZO EM DOBRO. ART. 191 DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE. PROCURADORES PERTENCENTES AO MESMO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. 2. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de mandado de segurança impetrado por Hapvida Assistência Médica Ltda. contra ato, tido por ilegal, da lavra do Juízo da 2ª Vara da Comarca de Paço Lumiar/MA, proferido na ação indenizatória em que litiga Helberte da Silva Souto Filho em oposição à recorrente e ao Hospital Guarás.

A pretensão deduzida no *writ* foi de que o referido Juízo praticou ato caracterizador de cerceamento de defesa, uma vez que criou requisito para a aplicação do regramento disposto no art. 191 do Código de Processo Civil de 1973 não previsto no referido dispositivo legal, qual seja, que os advogados dos litisconsortes pertençam a escritório de advocacia distintos.

Lastreado nesse fundamento, defende a tempestividade da contestação apresentada na demanda indenizatória.

As Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão denegaram a segurança requerida, por não vislumbrarem ilegalidade no ato

judicial impugnado, conforme se verifica do acórdão cuja ementa possui o seguinte teor (e-STJ, fl. 505):

FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. DIFERENTES PROCURADORES. MESMO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. PRAZO SIMPLES PARA CONTESTAR. 1. Ainda na vigência do CPC/1973, a interpretação do STJ sobre o art. 191 do Código Buzaid era no sentido de que não se conta o prazo em dobro quando os litisconsortes possuem diferentes procuradores do mesmo escritório de advocacia. 2. Segurança denegada. Unanimidade.

Nas razões deste recurso ordinário (e-STJ, fls. 515-529), a recorrente formula pedido liminar, reitera a tese de cerceamento de defesa formulada na petição inicial do *mandamus*, quanto à aplicação do prazo em dobro sob a ótica do CPC/1973, bem como alega novamente cerceamento de defesa, em razão da ausência da sua intimação acerca da inclusão do *mandamus* em pauta para julgamento, nos termos do que preconizam os arts. 937, VI, do CPC/2015; e 314 do Regimento Interno do TJMA.

Requer, por conseguinte, a concessão de efeito suspensivo ao recurso em apreço no intuito de suspender a decisão do Juízo de primeiro grau, cujo ato ora se refuta, impedindo o desentranhamento da contestação apresentada, além da incidência dos efeitos da revelia.

O pleito preambular foi indeferido às fls. 599-603 (e-STJ).

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo desprovimento do presente inconformismo (e-STJ, fls. 606-612).

Brevemente relatado, decido.

Concernente à alegada preliminar de cerceamento de defesa, por inobservância à intimação da embargante a respeito da inclusão em pauta do *writ*, obstando a sustentação oral do respectivo remédio constitucional, verifica-se que a parte não demonstrou o prejuízo concreto decorrente da suposta violação desse direito, a exemplo da alegação de alguma questão distinta da que já foi defendida na petição inicial do mandado de segurança e nas razões do presente recurso ordinário.

Quanto à temática, destaca-se que o sistema das nulidades processuais é regido pela máxima *pas de nullité sans grief*, segundo a qual não se decreta nulidade sem

a efetiva demonstração do prejuízo.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CITAÇÃO POR EDITAL. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL A ALGUNS RÉUS REVÉIS. JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECONHECIMENTO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O reconhecimento da nulidade de atos processuais exige efetiva demonstração de prejuízo suportado pela parte interessada, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas (pas de nullité sans grief).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1669058/TO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 11/04/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. MORTE DE UMA DAS PARTES. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF.

1. A eventual falta de observância da regra prevista no art. 265, I, do CPC de 1973 (art. 313, I do NCPC) que determina a suspensão do processo com a morte de qualquer das partes, enseja apenas nulidade relativa, sendo válidos os atos praticados, desde que não comprovado o prejuízo. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EAREsp 578.729/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2018, DJe 20/03/2018)

Consubstanciado nesses argumentos, não há como acolher a preliminar alegada.

Em relação à aplicação do disposto no art. 191 do CPC/1973, "não há falar em prazo em dobro, na presente hipótese, pois, segundo a jurisprudência desta Corte - firmada à luz do CPC/73 -, 'a regra contida no art. 191 do CPC tem razão de ser na dificuldade maior que os procuradores dos litisconsortes encontram em cumprir os prazos processuais e, principalmente, em consultar os autos do processo' (STJ, AgRg no AREsp 221.032/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 11/04/2014). Logo, quando o preceito legal estabelece a figura dos 'diferentes

procuradores', refere-se às hipóteses em que os litisconsortes são patrocinados por advogados distintos e sem vinculação entre si, o que não ocorre no caso concreto, no qual todos os litisconsortes outorgaram procuração ao mesmo grupo de procuradores integrantes de mesmo escritório profissional" (STJ, AgRg no AREsp 359.034/RN, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 25/9/2014).

Na hipótese em estudo, a Corte de origem, alinhavada à cognição supracitada, consignou que "não há dúvidas de que a contestação foi apresentada pela impetrante ainda na vigência do CPC/1973. Contudo, embora assinadas por advogados distintos, as defesas dos litisconsortes passivos vieram acompanhadas de instrumentos de mandato para procuradores do mesmo escritório profissional, localizado na Rua das Filgueiras, nº 25, São Francisco, São Luís/MA". Desse modo, concluiu o TJMA que "não havia mesmo a possibilidade de contagem em dobro do prazo de resposta do réu, uma vez que os advogados pertenciam ao mesmo escritório de advocacia" (e-STJ, fl. 506).

Assim, verifica-se ter sido devidamente observada, na instância ordinária, a Teoria do Isolamento dos Atos Processuais (*tempus regit actum*) - exarada, inclusive, no art. 14 do CPC/2015 -, ao se aplicar o entendimento deste Tribunal a respeito do art. 191 do CPC/1973 (em vigor à data de apresentação da contestação pela ora impetrante).

Nesse contexto, não se revela o julgado de primeiro grau, nos termos em que proferido, ilegal nem teratológico a amparar o provimento do recurso e a consequente concessão da segurança.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. TERATOLOGIA E ILEGALIDADE NÃO VERIFICADAS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O mandado de segurança não serve como sucedâneo recursal, daí porque não é cabível sua impetração em casos em que há recurso próprio, previsto na legislação processual, apto a resguardar a pretensão do impetrante, mesmo que sem efeito suspensivo, salvo a hipótese de decisão teratológica ou flagrantemente ilegal, o que não restou demonstrado.

2. No caso, ainda pende de julgamento embargos de declaração opostos pela parte ora agravante/impetrante contra o ato impugnado (acórdão da Terceira Turma devidamente fundamentado, apesar de em sentido inverso ao pleiteado pela impetração, não configurando,

portanto, ato teratológico ou flagrantemente ilegal).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no MS 23.159/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/11/2017, DJe 05/12/2017)

Ante os fundamentos acima delineados, nego provimento ao presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

